

Canudos além do livro didático: Literatura, História e práticas de leitura decoloniais a partir de *Cidadela de Deus – A Saga De Canudos* (2003), de Gilberto Martins

Canudos beyond the textbook: Literature, History, and decolonial reading practices based on *Citadel of God – the saga of Canudos*, by Gilberto Martins

Adriana Aparecida Biancato¹

UNIOESTE

Eduardo de Oliveira Fernandes²

UNIOESTE

João Batista Pereira Silva³

UFNT

Raimundo Nonato Duarte Corrêa⁴

Universidade Federal de Santa Maria RS

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a obra *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), de Gilberto Martins, a partir do enfoque das escritas híbridas de História e ficção críticas, investigando suas contribuições para a formação do leitor literário sob uma perspectiva decolonial. A pesquisa fundamenta-se em pressupostos teóricos que problematizam a colonialidade do poder, a hegemonia da História oficializada e os silenciamentos impostos às populações sertanejas no contexto da Guerra de Canudos (1896–1897). Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo de natureza bibliográfica e analítica, centrado na leitura crítica da narrativa e na articulação entre elementos ficcionais e dados historiográficos. A análise evidencia que a trajetória da personagem ficcional Antônio Dantas, construída de forma metonímica, possibilita a emergência de múltiplas vozes e perspectivas historicamente marginalizadas, rompendo com discursos unívocos e estigmatizantes presentes em materiais didáticos tradicionais. Observa-se que estratégias narrativas como a polifonia, a alternância do foco narrativo e a linearidade cronológica favorecem a ressignificação do passado histórico e estimulam práticas de leitura críticas e reflexivas. Conclui-se que a obra de Gilberto Martins (2003) se configura como um dispositivo literário-pedagógico relevante para o contexto escolar, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, ao promover uma leitura decolonial da Guerra de Canudos (1896-1897) e contribuir para a formação de leitores capazes de reconhecer a complexidade histórica, social e política do conflito, bem como os mecanismos de apagamento e exclusão produzidos pela colonialidade.

Palavras-chave: Narrativas híbridas de História e ficção; Estudos decoloniais; Formação do

1 Mestra e Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: adrianabiancato@escola.pr.gov.br

2 Graduado em Letras Português/Espanhol e Mestrando pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: oliveirafernandeseduardo1@gmail.com

3 Graduado em Pedagogia, Mestre em Letras (UEMASUL) e Doutorando em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT. E-mail: joao.psilva@ufnt.edu.br

4 Doutorando em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria RS. E-mail: duarte1312@gmail.com

leitor literário; Guerra de Canudos (1896-897); Literatura juvenil.

Abstract: This article aims to analyze the work *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), by Gilberto Martins, through the lens of the contemporary historical novel of mediation, examining its contributions to the formation of literary readers from a decolonial perspective. The study is grounded in theoretical approaches that problematize the colonality of power, the hegemony of official historiography, and the silencing of marginalized social groups within the context of the War of Canudos (1896–1897). Methodologically, the research adopts a qualitative, bibliographical, and analytical approach, focusing on the critical reading of the narrative and on the articulation between fictional elements and historiographical data. The analysis demonstrates that the metonymic construction of the fictional protagonist Antônio Dantas enables the emergence of multiple historically marginalized voices, challenging univocal and stigmatizing narratives commonly found in traditional educational materials. Narrative strategies such as polyphony, shifts in narrative focus, and chronological linearity are shown to foster a critical re-signification of the historical past and to encourage reflective and decolonial reading practices. It is concluded that Martins’s work constitutes a relevant literary-pedagogical resource, particularly in the context of lower secondary education, as it promotes a decolonial reading of the War of Canudos and contributes to the development of readers capable of critically engaging with the historical, social, and political complexities of the conflict, as well as with the mechanisms of erasure produced by colonality.

Keywords: Hybrid narratives of History and fiction; Decolonial studies; Literary reader formation; War of Canudos (1896-1897; Young adult Literature.

Submetido em 25 de fevereiro de 2026.

Aprovado em 21 de julho 2026.

Introdução

A Guerra de Canudos (1896–1897) permanece como um dos episódios mais emblemáticos e controversos da História Brasileira, não apenas pela violência extrema que marcou o aniquilamento do arraial de Belo Monte, no sertão baiano, mas, sobretudo, pelos modos como esse acontecimento foi historicamente narrado, interpretado e cristalizado nos discursos oficializados. Durante décadas, as representações de Canudos foram hegemonicamente construídas a partir de uma lógica que associava o movimento liderado por Antônio Conselheiro ao fanatismo religioso, ao atraso social e à ameaça à ordem republicana recém-instalada. Essa leitura, reiterada por manuais escolares, discursos institucionais e parte da historiografia tradicional, contribuiu para o silenciamento das experiências, das subjetividades e da vida da população sertaneja que encontrou em Canudos um projeto de dignidade coletivo diante da exclusão social, econômica e política que marcava o Brasil no final do século XIX.

Nesse contexto, a Literatura emerge como um campo privilegiado para tensionar versões oficializadas do passado, perscrutando as fissuras nos discursos unilaterais da

História para possibilitar a emergência de vozes historicamente marginalizadas. Ao articular ficção e História, o texto literário, inserido no contexto do que Fleck (2017) classifica como textos híbridos críticos mediadores, não se limita à reprodução factual dos acontecimentos nem os dessacraliza, mas propõe leituras críticas que interrogam e problematizam as bases ideológicas sobre as quais determinados eventos foram narrados e legitimados, reapresentando-os aos leitores por óticas e perspectivas antes menosprezadas, marginalizadas ou silenciadas.

É nesse movimento que se inscrevem as produções do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017)⁵ e as narrativas híbridas infantis e juvenis brasileiras críticas mediadoras (Santos; Fleck, 2025), escritas híbridas ficcionais de teor crítico que se distanciam tanto da celebração acrítica do passado, comum nas modalidades de escritas romanescas clássica e tradicional, quanto do revisionismo meramente factual, bem como das produções altamente desconstrucionistas da modalidade do novo romance histórico latino-americano e da metaficção historiográfica – romances destinados a leitores mais experientes. Isso ocorre, nestas produções críticas mediadoras, ao nelas se propor uma releitura sensível e questionadora da História a partir de perspectivas periféricas e subalternizadas.

A obra *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), de Gilberto Martins, insere-se nesse horizonte estético e epistemológico das escritas híbridas críticas mediadoras da última fase diacrônica de aparecimento das modalidades de romances históricos. Essa modalidade romanesca se aproxima muito das características das narrativas híbridas juvenis críticas da literatura brasileira (Santos; Fleck, 2025). Isso ocorre na produção de Martins (2003) ao se reconstruir literariamente na diegese a Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, por meio de uma narrativa híbrida que entrelaça dados historiográficos, personagens de extração histórica e figuras ficcionais. Com linguagem acessível e forte apelo narrativo, o romance acompanha a trajetória de Antônio Dantas, jovem sertanejo cuja história pessoal se entrelaça aos acontecimentos que culminaram no conflito entre o

⁵ Nesta obra, o pesquisador brasileiro traça uma trajetória diacrônica do romance histórico e propõe uma divisão dessa ampla produção em 2 grupos (romances acríticos e romances críticos), 3 fases (acrítica-crítica/desconstrucionista; crítica/mediadora) e 5 modalidades expressivas (romance histórico clássico scottiano; romance histórico tradicional; novo romance histórico; metaficção historiográfica; romance histórico contemporâneo de mediação). Essa organização auxilia muito os docentes na escolha das obras para leitura em sala de aula, porque deixa claro o nível de complexidade das obras pelas estratégias escriturais empregadas, a manipulação dos recursos narrativos realizada e a ideologia que subjaz ao projeto literário de cada uma dessas modalidades expressivas do gênero.

exército republicano e os habitantes do arraial. A escolha de um protagonista ficcional, construído de modo metonímico, permite ao autor representar experiências coletivas sem reduzir o sertanejo a um tipo homogêneo ou caricatural, deslocando o foco narrativo da lógica do Estado para a vivência dos sujeitos comuns afetados pela guerra.

Ao transitar entre Canudos e as tropas republicanas, Antônio Dantas ocupa um espaço liminar que confere à diegese uma perspectiva singular sobre o conflito. Esse deslocamento possibilita ao leitor acompanhar tanto a organização comunitária do arraial, sustentada pela fé, pela solidariedade coletiva e pelo bem comum, quanto as estratégias militares, os equívocos logísticos e as tensões políticas que atravessavam o exército. Tal alternância de pontos de vista rompe com a unidimensionalidade típica dos discursos didáticos tradicionais, que frequentemente apresentam Canudos sob uma ótica simplificadora e maniqueísta. Dessa forma, a narrativa híbrida de Gilberto Martins constrói um espaço discursivo marcado pela polifonia e pela dialogia, permitindo que múltiplas vozes e interpretações coexistam no interior do texto literário.

Essa característica aproxima a obra do romance histórico contemporâneo de mediação, conforme proposto por Fleck (2017), uma vez que o texto não nega os registros historiográficos, mas os reinscreve a partir de outras chaves interpretativas. Ao incorporar datas, eventos e personagens históricos, o romance preserva e reforça a verossimilhança do relato; contudo, ao entrelaçá-lo às experiências subjetivas de personagens ficcionais, amplia o horizonte de compreensão do leitor, convidando-o a refletir sobre os limites e as escolhas presentes em toda narrativa histórica. Assim, a Literatura atua como um espaço de problematização da memória coletiva, evidenciando que a História não é um campo neutro, mas atravessado por disputas simbólicas, políticas e epistemológicas.

Sob uma perspectiva decolonial, essa operação narrativa ganha especial relevância, uma vez que coloca em evidência os mecanismos de colonialidade que estruturaram a construção da História nacional. A colonialidade do poder, ao hierarquizar saberes, sujeitos e territórios, produziu a marginalização sistemática das populações sertanejas, indígenas e afrodescendentes, relegando suas experiências à condição de atraso ou desvio em relação ao projeto moderno e republicano.

No caso de Canudos, essa lógica manifestou-se na criminalização do arraial e na legitimação da violência estatal como estratégia de imposição da ordem. Ao ressignificar esse episódio histórico, *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003) contribui para

desestabilizar tais narrativas hegemônicas, evidenciando as contradições do Estado republicano e a brutalidade de um processo de modernização excludente.

Além de seu valor estético e historiográfico, a obra de Gilberto Martins (2003) apresenta importantes potencialidades pedagógicas, especialmente no que se refere à formação do leitor literário decolonial nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Em contraste com abordagens escolares que reduzem a Guerra de Canudos (1896-1897) a um conjunto de datas e definições estanques, a tessitura da narrativa literária possibilita uma aproximação mais sensível e crítica do tema, favorecendo a compreensão das dimensões humanas, sociais e políticas do conflito. Ao confrontar o leitor com cenas de violência, perda e resistência, sem atenuar seus aspectos mais cruéis, o texto estimula reflexões sobre desigualdade social, exclusão histórica e legitimidade da violência estatal, aspectos fundamentais para uma educação comprometida com a justiça social e a pluralidade de saberes.

Nesse sentido, a Literatura funciona como um dispositivo de mediação capaz de fomentar práticas de leitura decoloniais, entendidas como aquelas que buscam questionar as hierarquias epistêmicas herdadas da colonialidade e valorizar narrativas produzidas a partir das margens. A leitura de *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003) permite que estudantes em formação leitora reconheçam os fatos acontecidos em Canudos não apenas como um episódio isolado do passado, sem importância, mas como expressão de um processo histórico de transição que afetou muitos indivíduos, sendo marcado pelo abandono, exploração e resistência no sertão brasileiro. Ao dar visibilidade a sujeitos historicamente silenciados, a narrativa juvenil híbrida de História e ficção de Martins (2003) contribui para a construção de uma consciência histórica crítica, fundamental para a formação de leitores literários decoloniais capazes de interpretar o passado e o presente de maneira reflexiva.

Diante dessas considerações, este artigo tem como objetivo analisar *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), de Gilberto Martins, a partir do enfoque que relaciona as características do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017) com as produções críticas mediadoras híbridas juvenis brasileiras (Santos; Fleck, 2025), investigando suas contribuições para a formação do leitor literário sob uma perspectiva decolonial. A pesquisa feita para esta escrita fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e analítica. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica constitui uma fonte indispensável para a obtenção de informações

sobre o objeto investigado, uma vez que reúne o conjunto de produções já publicadas, como livros, artigos, dissertações, teses, periódicos e demais materiais relacionados ao tema em estudo. Nessa perspectiva, Manzo (1971, p. 32) afirma que a bibliografia "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente".

Essa abordagem mostra-se adequada aos objetivos desta pesquisa, pois possibilita o resgate e a problematização de referenciais teóricos relacionados à leitura literária e à formação do leitor literário decolonial. A partir desse aporte, busca-se ampliar as discussões já consolidadas e transpor tais pressupostos para o contexto escolar, proposição essa que toma como eixo a Guerra de Canudos (1896–1897), compreendida como um dos acontecimentos mais significativos do início da República brasileira e como um evento histórico suscetível a leituras críticas que favoreçam a construção de uma perspectiva decolonial.

Ao longo da análise, buscamos evidenciar algumas estratégias narrativas, como a polifonia, a alternância do foco narrativo e a construção metonímica do protagonista, as quais favorecem a ressignificação do passado histórico e desafiam discursos hegemônicos presentes tanto na historiografia tradicional e na ficção híbrida acrítica, quanto nos materiais didáticos. Ao propor essa reflexão, pretendemos contribuir para os debates contemporâneos sobre a importância do ensino da Literatura, de suas possíveis relações com a História para uma Educação decolonial, reafirmando o papel do texto literário como espaço de resistência epistemológica e formação crítica.

Ao reinscrever Canudos a partir de uma perspectiva que valoriza a experiência sertaneja e questiona os fundamentos do discurso oficializado, *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), de Gilberto Martins, afirma-se como uma obra híbrida de História e ficção juvenil crítica e relevante não apenas no campo literário, mas, também, no âmbito das práticas pedagógicas comprometidas com uma leitura plural, crítica e decolonial da História brasileira. Desse modo, estamos diante de uma obra híbrida potencial à formação de leitores literários decoloniais nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com vias à descolonização das mentes, das identidades e dos imaginários dos jovens latino-americanos.

1. Literatura, História e formação do leitor: uma leitura decolonial de *Cidadela de Deus – a saga de Canudos*

A obra *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), de Gilberto Martins, conta com 207 páginas, é listada por Albuquerque e Fleck (2015) como uma das narrativas canudenses publicadas no Brasil e que evidencia o conflito armado que culminou no extermínio da população de Belo Monte. A referida obra narra a trajetória de “[...] Antônio Dantas, um rapaz de quase dezenove anos [...]” (Martins, 2003, p. 7), habitante do árido sertão baiano, protagonista da diegese, a personagem tem os pais assassinados e, movido pela busca dos responsáveis pelo crime, passa a integrar o grupo de seguidores de Antônio Conselheiro em Canudos, local onde se encontram os algozes de sua família.

Em razão das peripécias engendradas na diegese, a protagonista transita em um espaço liminar entre as ações do exército republicano e aquelas empreendidas pelos aliados do messiânico Antônio Conselheiro. É nesse entre-lugar que a diegese se constrói, permitindo que as perspectivas dos dois grupos em confronto sejam apresentadas a partir do olhar do jovem Antônio, personagem metonímica inserida nesse contexto histórico. Tal perspectiva narrativa, situada no nível extradiegético⁶ (Genette, 1979), articula o foco da narração ora no povoado de Belo Monte (Canudos), ora nas expedições militares, ampliando o horizonte de compreensão do leitor. Desse modo, a tessitura narrativa de Martins (2003) afasta-se de discursos ancorados em uma única voz ou em uma verdade irrefutável, frequentemente presentes em materiais didáticos que reiteram uma História oficializada.

Nas páginas iniciais do relato híbrido, o protagonista encontra os pais assassinados a facadas, evento que o leva a seguir para Belo Monte, considerado por ele o possível paradeiro dos responsáveis, já que viajantes atravessavam a região rumo ao arraial. Essas cenas de fatalidade são apresentadas nos fragmentos a seguir:

Nesse instante, Antônio percebeu a tragédia que havia ocorrido ali: estirado, de bruços, jazia o corpo do pai [...] havia sido esfaqueado; estava morto. [...] Levantou-se com dificuldade. Arrastou o cadáver do pai, deixando-o junto à parede e saiu para o terreiro. [...] Ao atingir os fundos da casa, quedou-se de joelhos junto ao corpo da mãe, que também fora agredida a facadas, e chorou copiosamente (Martins, 2003, p. 9-10).

⁶ Quanto à categorização dos elementos narrativos, empregamos a abordagem de Genette (1998), que, ao tratar do foco narrativo, distingue três níveis: o extradiegético (o narrador não participa como personagem das ações narradas), o intradieético (a narração é feita por uma personagem das ações) e o metadieético (ocorre uma narração secundária feita por um narrador inserido na diegese principal). Quanto à voz enunciativa do discurso, o crítico também propõe três categorias: a voz heterodieética (que se manifesta fora do espaço diegético e não integra o conjunto de personagens), a voz homodieética (assumida por uma personagem secundária, testemunha dos acontecimentos e narradora da saga do protagonista) e a voz autodieética (quando o protagonista relata suas próprias ações como herói dos eventos).

Essa passagem do relato constitui um importante recurso para a mediação da leitura literária decolonial, pois confronta o sujeito em formação com as práticas de colonialismo e colonialidade, evidenciando suas múltiplas formas de violência e evitando qualquer suavização de seus efeitos históricos., pois, conforme defende Fleck (2023, p. 23-24),

[...] não se forma um leitor decolonial, um sujeito ciente de seu passado colonialista, por meio de estratégias de silenciamento, de ocultação e de romantização de nosso passado, como ocorre nos discursos canônicos, oficializados. O leitor decolonial precisa se defrontar com a essência do colonialismo, sem ser “poupado” da realidade, sem ser ludibriado por enunciados científicos, literários ou didáticos que tratam os sujeitos leitores como incapazes de processar os significados, as causas e as consequências desse período histórico para a contemporaneidade (Fleck, 2023, p. 23-24).

Assim, a leitura de narrativas híbridas de História e ficção críticas mediadoras, devidamente mediadas por um docente também leitor decolonial, permite aos estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental compreender que a Guerra de Canudos (1896–1897) não se limitou à hostilidade do sertão semiárido, mas revelou a miséria, o abandono e a violência que marcaram a vida da população de Canudos e de seu entorno.

Após a morte dos pais, a personagem Dantas descobre, por meio de Teófilo, um comerciante viajante da região, que um grupo de pessoas lhe vendera uma faca reconhecida como pertencente a seu pai. Convencido de que os responsáveis seguiram para Belo Monte, o arraial de Canudos liderado por Antônio Conselheiro, o jovem parte em busca de vingança, espaço que concentrava inúmeros sertanejos aflitos, como indica o excerto: “[...] talvez pra Belo Monte. Não é pra lá que estão indo todos os miseráveis desta terra?” (Martins, 2006, p. 13).

A narrativa constrói um espaço marcado pela fome e pelo abandono estatal, mas sustentado pela fé e pela coletividade do arraial, ampliando o horizonte de expectativa do leitor ao dar visibilidade a sujeitos historicamente silenciados. Essa característica do romance histórico contemporâneo de mediação⁷ (Fleck, 2017) manifesta-se, igualmente,

⁷ Modalidade do romance histórico, descrita por Fleck (2017) como as produções críticas mais acessíveis ao público leitor quanto à estrutura e à linguagem, que mesclam aspectos das produções desconstrucionistas na releitura crítica do passado pela hibridez da História e da ficção com aqueles predominantes nas modalidades acrílicas, tais como: releitura crítica verossímil do passado, narrativa linear do evento histórico recriado, foco narrativo geralmente centralizado em personagens marginalizadas, emprego de uma linguagem amena, fluida, coloquial.

no relato juvenil de Martins (2003) pela representação de personagens silenciadas e marginalizadas nos apontamentos oficializados, como os sertanejos liderados por Antônio Conselheiro, figuras ficcionais de caráter metonímico⁸ que dão voz a grupos excluídos dos registros da História Tradicional.

Assim, a personagem Antônio Dantas é caracterizada como metonímica, pois, embora inteiramente ficcional, representa um grupo social mais amplo. Ao interagir com personagens de extração histórica⁹, suas ações e conflitos refletem as vivências da população sertaneja marginalizada, funcionando como síntese das mazelas sociais, culturais e políticas de um território esquecido pelo Estado, para além de sua individualidade.

Na alternância do foco narrativo ao longo da diegese, o leitor acompanha diálogos entre personagens puramente ficcionais, como o secretário de Estado Josias, o chefe da guarda Venâncio e o coronel reformado Mendes, cujos discursos evocam figuras de extração histórica, a exemplo do presidente Prudente de Moraes, do frei João Evangelista e de Antônio Conselheiro.

Nesse contexto, as personagens dialogam sobre os acontecimentos que deram origem ao primeiro combate entre o exército brasileiro e os sertanejos do arraial de Canudos, como se observa nos fragmentos:

- O que estou sabendo é que o tal Antônio Conselheiro está ameaçando invadir Juazeiro pra pegar uma certa madeira que foi vendida a ele e não foi entregue – comentou Josias, o secretário de estado.
- E o que pretende o governador? – questionou Venâncio, o chefe da guarda do palácio.
- Acho que não está dando muita importância ao caso – falou o secretário. – Fica aí de braços cruzados enquanto aquele fanático bate asas pelo sertão afora, doutrinando um bando de desgraçados, zombando até do presidente.

⁸ O conceito de personagem metonímica tem a sua base em Fleck (2017), segundo o autor, é utilizada para designar, no contexto do romance histórico, uma personagem inteiramente ficcional que interage com figuras de base histórica. Essa personagem, além de desempenhar papel relevante no desenvolvimento da diegese, simboliza – por meio de suas ações e conflitos – as condições e experiências de um grupo social mais amplo, cujas características se encontram condensadas em sua construção discursiva. Esse aspecto teórico em relação às personagens de ficção foi ampliado na tese do professor Douglas R. Facchinello (2025), cujo estudo está disponível em <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7904>. Acesso em: 4 jan. 2026.

⁹ As personagens de extração histórica, conforme aponta Trouche (2006), são reconfigurações de sujeitos previamente estruturados e construídos pelo discurso historiográfico, cuja representação se vincula à existência real de indivíduos que participaram de determinados eventos históricos revisitados pela ficção. Nesse sentido, ao adentrar o universo ficcional, essas personagens carregam consigo uma dimensão discursiva, ideológica e cultural, moldada pela escrita anterior do discurso historiográfico e, simultaneamente, portadora de uma imagem consolidada, ao longo do tempo, na memória coletiva do povo.

– Tem razão – disse o coronel Mendes [...] o tal Conselheiro foi bem claro: não reconhece a República como governo. Isso é um desacato muito grave. [...] (Martins, 2003, p. 16-17).

Em consonância cronológica com a historiografia, o relato híbrido evidencia a instabilidade do governo diante da liderança de Antônio Conselheiro, percebida como ameaça à autoridade política, à ordem social e à consolidação da República no Brasil. Ao reunir milhares de sertanejos em Canudos e organizar uma comunidade à margem das normas republicanas, o movimento foi interpretado pelos governantes republicanos como rebelião, apesar de suas motivações religiosas e sociais. Nesse contexto, o arraial, entendido como uma sociedade paralela, suscitava o temor de contágio social entre pobres e marginalizados, justificando o discurso oficializado que o estigmatizava.

Tessituras narrativas híbridas de História e ficção críticas mediadoras, como o relato de Martins (2003), assim como os romances históricos contemporâneos de mediação (Fleck, 2017), desvelam silenciamentos da História oficializada e fomentam reflexões sobre o que foi dito e por quem foi dito. Esse discurso questionador da ficção híbrida contribui para a formação do leitor literário decolonial, capaz de reconhecer mecanismos de manipulação discursiva. Na perspectiva de Fleck (2025, p. 276),

[...] o leitor literário decolonial é aquele que não se limita a ler apenas a superfície textual dos relatos e que supera a mera apreciação da sequência das ações, das peripécias das personagens, da literariedade dos versos, das rimas, do ritmo da escrita muito bem elaborada e, sonoramente, harmonizada. Antes, o leitor literário decolonial é aquele que, para além desses aspectos, aprende, gradativamente, a adentrar o espaço da manipulação linguística. Isso compreende reconhecer as formas de combinação de palavras e frases, o efeito das lexias eleitas, a expressão conotativa ou denotativa, o emprego de diferentes estratégias escriturais como a descrição, a comparação, os paralelismos, a ironia, o humor, a paródia, a carnavalização, a verossimilhança etc., para, na profundidade do tecido narrativo, ler também, intenções, posições ideológicas e propósitos escriturais, sejam eles exaltadores ou críticos frente às ações de colonização da América, ou em relação a outros tópicos postos em discussão (Fleck, 2025, p. 276).

Nesse sentido, a tessitura de Martins (2003) destaca a organização comunitária de Canudos, fundada no princípio do bem comum, como ilustra o excerto acima exposto, que enfatiza a primazia da coletividade sobre a propriedade individual (Martins, 2003, p. 26). Tal abordagem crítica ao passado brasileiro reforça a aproximação da obra juvenil em análise com as premissas do romance histórico de mediação (Fleck, 2017), ao propor uma releitura crítica e verossímil do passado a partir de perspectivas periféricas, como, entre outras, a do comerciante sertanejo representado por Teófilo.

Na continuidade da diegese, a personagem Antônio chega a Canudos e se surpreende com a organização comunitária movida pela fé. A voz heterodiegética descreve o arraial como um espaço estrategicamente escolhido para dificultar o acesso, ressaltando a dimensão simbólica e histórica desse na Guerra de Canudos (1896–1897). Ao explorar esse elemento narrativo, o autor atribui ao espaço um papel relevante na resistência do povo do arraial sob a liderança de Antônio Conselheiro.

No confronto entre canudenses e exército republicano, o espaço sertanejo desempenha papel estratégico, atuando como aliado da resistência de Canudos. A caatinga, o relevo acidentado e a escassez de recursos naturais dificultaram o avanço das tropas, pouco familiarizadas com o ambiente, enquanto os sertanejos exploravam seu conhecimento do território, tornando o espaço um elemento ativo da luta desigual contra o poder central.

Na diegese, o protagonista Antônio Dantas encontra acolhimento e solidariedade em Canudos, sendo recebido pela personagem Vilanova, responsável pela circulação de mercadorias. O jovem, então, decide infiltrar-se como seguidor para buscar informações sobre os assassinos de seus pais. Em paralelo, o relato registra a chegada, em novembro de 1896, da Primeira Expedição contra Canudos, liderada pelo tenente Manuel da Silva Pires Ferreira, enviada pelo governo baiano, a qual enfrentou dificuldades logísticas e foi derrotada em Uauá, sendo obrigada a recuar (Martins, 2003).

Vejamos como o texto literário atua na inserção deste material histórico na tessitura narrativa:

Os homens enviados pelo governador do estado só deixaram a cidade no dia doze. Tinham pela frente uma marcha de duzentos quilômetros até o arraial de Canudos, orientada por dois guias contratados em Juazeiro. [...]. Eram três horas da tarde, quando todos se acomodaram [...]. Em minutos o silêncio era quase total. Ninguém arriscava uma palavra sequer. Estavam todos entorpecidos pelo calor e pelo cansaço extenuante. [...] Os dias subsequentes foram de longas horas de ócio; os soldados fugiam do sol, causticante e abrasador, e prosseguiram, em ritmo alucinante, pela madrugada afora. Chegaram a Uauá [...] dia dezenove. Muitos dos futuros combatentes já estavam em petição de miséria, mal se agüentando de pé (Martins, 2003, p. 31, 35-36).

O narrador, em sua enunciação heterodiegética, descreve o percurso da primeira expedição rumo a Canudos, destacando as dificuldades impostas pelo sertão baiano e aproximando o leitor das ações da diegese. Martins (2003) recorre à linearidade cronológica como estratégia narrativa, garantindo a progressão temática do relato e

reafirmando uma característica do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017), evidenciada pelas marcações temporais que organizam os eventos da narrativa, presente e valiosa, também, para as narrativas híbridas críticas mediadoras juvenis.

A narrativa híbrida ressignifica o passado ao apresentar Antônio Conselheiro, personagem de extração histórica, como líder da fé e da vida comunitária orientada pelo bem comum, em contraste com os discursos didatizados que enfatizam o suposto “fanatismo” da personagem e reafirmam a História oficializada. Ao sobrepor os acontecimentos na diegese, alternando o relato das vivências do protagonista em Canudos e as ações do exército republicano, o texto híbrido conduz o leitor ao primeiro confronto entre sertanejos e tropas armadas, ocorrido em Uauá, acerca de cinquenta quilômetros do arraial, durante a madrugada.

O primeiro confronto da Guerra de Canudos ocorreu em novembro de 1896, nas proximidades da cidade de Uauá, quando a expedição comandada pelo tenente Pires Ferreira foi surpreendida e derrotada pelos conselheiristas, favorecidos pelo conhecimento do terreno e pelo fervor religioso. O episódio evidenciou a força da resistência sertaneja e a subestimação do movimento pelas autoridades republicanas, como relata Martins (2003),

[...] a madrugada do dia foi singular. [...]. A tropa dormia, cônica de que teria, pela manhã, o reinício da marcha com destino ao arraial de Canudos. Cinquenta quilômetros separavam a força da República do sonho desvairado da Monarquia. Aos poucos, como se brotasse da terra ressequida, um murmurinho de vozes, cânticos e rezas atingiu a pequena praça onde se encontravam os soldados de Silva Pires. [...]. Não houve tempo. Muitos dos soldados foram acordados pelos próprios sertanejos, que empunhavam facas, facões, foices, machados e até pedaços de paus (Martins, 2003, p. 40).

O detalhamento no tecido narrativo confere suspense e expectativa ao relato, tornando a leitura envolvente para jovens leitores em formação. A linguagem próxima do leitor contemporâneo reforça a aproximação desse relato híbrido juvenil com o romance histórico de mediação, que tem nesse aspecto da linguagem próxima do cotidiano dos leitores uma de suas características (Fleck, 2017, p. 111). Isso ocorre ao se buscar um diálogo com o leitor em formação, utilizando-se de expressões corriqueiras e de frases em ordem direta, as enumerações constantes – como no trecho acima citado – e as descrições detalhadas.

Ao narrar o embate de forma sugestiva, abrindo espaço à imaginação e à invenção, o relato convida ao engajamento do jovem leitor em formação. A atmosfera tensa e misteriosa, marcada pela expectativa e pela incerteza do confronto, envolve o leitor, enquanto a tessitura narrativa sintética conduz à cena e satisfaz as expectativas criadas:

Quatro horas de batalha sangrenta. Quatro horas de pânico e terror entre os adversários. Aos poucos, no entanto, os misteriosos visitantes foram deixando o local. Carregavam seus mortos. Partiam entoando cânticos e rezas, levando no estandarte a bandeira vermelha do Divino, com a qual abriram caminho até ali. Desapareceram, tão sutis e enigmáticos como chegaram, deixando para trás a terra umedecida com o sangue de centenas de contendores (Martins, 2003, p. 41).

Com o avanço das ações diegéticas apegadas à cronologia histórica, o relato híbrido evidencia a reação das autoridades republicanas, da Igreja e de políticos regionais diante da derrota do exército. Assim, os poderes instaurados passam a perceber Canudos como ameaça à ordem, à República e aos seus interesses. Nesse contexto, a diegese retoma as personagens Josias e o coronel Mendes, cujos diálogos revelam distintas posições políticas e militares, conferindo ao texto juvenil dialogia e polifonia, características, também, do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017). Observa-se, ainda, o uso de uma linguagem fluida e coloquial, que aproxima o leitor hodierno do passado relatado e reforça essa filiação estética entre as renovações no gênero romance histórico e a escrita híbrida juvenil no Brasil.

Em consonância com a cronologia da historiografia, a narrativa híbrida juvenil de Martins (2003) aborda fatos históricos da segunda expedição a Canudos, em março de 1897, quando cerca de 500 soldados, apesar do melhor armamento, foram derrotados após emboscadas dos conselheiristas, evidenciando a resistência do arraial. Martins (2003) apresenta esse episódio, primeiramente, por meio de uma visão mais panorâmica, dada pela voz enunciativa heterodigética do narrador, como podemos observar no fragmento destacado abaixo:

Coube novamente ao general Frederico Sólton Ribeiro a organização da segunda cruzada a Canudos, comandada pelo major Febrônio de Brito. Os militares partiram de Salvador a vinte e cinco de novembro. Tomaram caminho adverso; seguiram de trem para Queimadas. O caminho não era o mesmo; contudo, a distância a percorrer a pé e a hostilidade dos soldados, com relação ao terreno, se assemelhavam às da expedição anterior. Era o inferno a aguardá-los. [...] (Martins, 2003, p. 48-49).

A partir desse panorama da voz enunciativa, o relato híbrido de Martins (2003) concede falas às personagens, por meio das estratégias da polifonia e da dialogia. Assim, o relato híbrido permite que diferentes pontos de vista sejam representados, assegurando que não haja apenas uma visão dominante do evento em enunciação. É o que se observa em:

– Desta vez estão liquidados! – exclamou Mendes a um grupo de amigos que bebia com ele.
 – Olha, não sei se pode estar tão confiante assim. Andam dizendo que o tal Conselheiro tem um verdadeiro exército entocado naquela sequidão [...] (Martins, 2003, p. 49).

Ao adotar a estratégia dialógica, Martins (2003) evidencia a pluralidade de vozes e perspectivas sociais, culturais e históricas envolvidos nos acontecimentos do passado ressignificados na ficção, rompendo com a univocidade do discurso historiográfico tradicional. Assim, a memória bélica da República emerge em tom crítico às ações do exército, contrapondo-se às narrativas oficializadas, recurso ausente nos materiais didáticos, que tendem a apresentar informações de forma categórica e restritiva.

Assim, ao articular História e ficção, a narrativa híbrida de Martins (2003) rompe com a ideia de uma única versão do passado e instaura a possibilidade aos docentes de questionar os registros oficializados junto a seus estudantes no processo de formação de leitores literários decoloniais nas instituições públicas brasileiras. As lacunas abertas pelo texto literário favorecem práticas decoloniais de leitura, entendidas como estratégias críticas que visam problematizar e superar heranças coloniais nos âmbitos cultural, político e epistemológico, valorizando saberes e experiências historicamente marginalizadas, passíveis de mediação no contexto escolar.

Na sequência da diegese, o leitor pode acompanhar a personagem Antônio Dantas em sua rotina no arraial e na busca persistente pelos assassinos de seus pais, atento a sinais que pudessem identificá-los entre a população. Nesse período, o jovem conhece a personagem Maria Tereza de Jesus, por quem desenvolve um sentimento amoroso correspondido, expresso em encontros silenciosos durante as rezas. A tessitura narrativa também evidencia a aproximação de Dantas com a personagem de extração histórica Antônio Beatinho, ligado às pregações do Conselheiro.

Com a progressão da diegese, o foco desloca-se para a segunda investida do Exército contra Canudos, contextualizando a concentração das tropas em Monte Santo e

o apoio recebido pela população local, que as exaltava como “salvadoras da pátria”. A segunda expedição, enviada em março de 1897, revela falhas estratégicas e a subestimação do movimento sertanejo, pois, apesar do maior contingente e armamento, o exército enfrentou intensa resistência dos conselheiristas, favorecidos pelo domínio do território e pela forte coesão interna, aspecto representado na narrativa híbrida de Martins (2003):

A doze de janeiro partiram; [...] meteram-se na aridez daquele mundo em busca da vitória certa, indubitável. [...] Contudo, à medida que avançavam, com o cansaço aumentado pelo contato de suas botas de solas grossas com a aridez do solo, essa certeza ia sendo arranhada. Menos de vinte quilômetros depois da partida, a estrada transformou-se num emaranhado de trilhas, em terreno acidentado, o que dificultou cruelmente a evolução da marcha. [...] (Martins, 2003, p. 57-58).

A tessitura narrativa conduz o leitor a visualizar também a perspectiva do sertanejo, na trama de como combater o inimigo representado pelo exército brasileiro, utilizando-se da vantagem de se ter conhecimento sobre a hostilidade do sertão baiano. É o que se observa no discurso de João Abade, personagem de extração histórica, responsável pela segurança do Conselheiro e defesa do povoado, conforme consta do excerto a seguir destacado:

– Não temos armas nem homens pra um confronto direto. Seria loucura enfrentá-los de peito aberto. [...] Estão trazendo, até duas máquinas de dar tiros, tiros que explodem e podem matar um monte de gente de uma só vez. [...].
 – Temos que utilizar todos os recursos de que dispomos.
 – Que recursos? – indagou alguém. – Paus, pedras?
 – Não temos mais de duas dúzias de espingardas – gritou outra pessoa. – E aí vêm mais de quinhentos soldados, municados e bem treinados! (Martins, 2003, p. 60).

A representação literária possibilita múltiplas leituras do passado ao contemplar diferentes lados do conflito, ressignificando a Guerra de Canudos (1896-1897) sem se limitar à História oficializada. Ao humanizar sertanejos e soldados, a narrativa híbrida crítica mediadora juvenil de Martins (2003) expõe medos e coragem dos envolvidos, sem dessacralizar heróis consagrados, evidenciando o temor das autoridades diante da liderança de Antônio Conselheiro e da organização comunitária vista como ameaça ao Estado.

Em um relato que tem consonância cronológica com a historiografia, a segunda expedição a Canudos fracassa em razão de emboscadas, ataques inesperados e da escassez

de água e alimentos, levando à retirada desordenada das tropas. Paralelamente, a trajetória de Antônio Dantas sofre uma inflexão decisiva quando ele identifica roupas de sua mãe com uma moradora do arraial, fato que desencadeia um conflito com a personagem Zé da Ema, resultando em sua prisão, com um posterior perdão pelo Conselheiro, mas com sua expulsão de Canudos.

Segundo expressa o narrador, nas cidades do litoral baiano, a segunda derrota do exército dominava os debates, acompanhada do discurso que criminalizava os conselheiristas e preparava nova ofensiva. Em março de 1897, organizou-se a terceira expedição a Canudos, sob o comando do coronel Moreira César, reunindo cerca de 1.300 homens bem armados e confiantes. Contudo, a tropa voltou a subestimar o terreno e a resistência sertaneja. No combate de Angico, as forças republicanas sofreram severa derrota, com a morte de Moreira César. Isso abalou a moral militar e evidenciou a força dos conselheiristas. O fracasso da terceira expedição prolongou o conflito e reforçou a percepção de Canudos como ameaça à República, legitimando o envio de uma quarta e decisiva campanha militar.

O relato de Martins (2003) dialoga com a historiografia ao incorporar dados objetivos, como datas, números e baixas, diferenciando-se ao ressignificá-los pela inclusão de vozes silenciadas pelo discurso oficializado. Em *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), isso se evidencia quando Antônio Dantas, após ser expulso do arraial, é incorporado informalmente ao exército por seu conhecimento do território.

Desse modo, a obra, com a inserção do protagonista no contingente do exército republicano, permite ao leitor acessar o ponto de vista dos soldados e as dificuldades enfrentadas na campanha contra Canudos, ao mesmo tempo em que expõe o conflito interno de Dantas, dividido entre o desejo de vingança e a memória de Maria Tereza, o que reforça a complexidade humana do conflito, dando consistência emocional ao relato híbrido juvenil. Isso coopera, igualmente, para o desenvolvimento de um leitor juvenil mais sensível, mais humanizado (Candido, 1972), receptivo aos sentimentos de seus semelhantes.

A narrativa híbrida de Martins (2003) representa a derrota da terceira expedição a Canudos ao evidenciar a violência e o sofrimento em ambos os lados do conflito, tanto entre os canudenses quanto entre os soldados de Moreira César. A destruição do arraial, a fuga de mulheres e crianças e a morte de combatentes feridos ressaltam a barbárie dos

enfrentamentos e a vulnerabilidade da população civil, enquanto as emboscadas e a falta de socorro expõem as perdas e o desamparo do Exército.

No relato fica claro que, ferido mortalmente, Moreira César deixa a tropa acéfala, que se retira em fuga, vencida tanto pela resistência sertaneja quanto pela hostilidade do sertão. Ao articular esses acontecimentos por meio da trajetória de Antônio Dantas, que transita entre Canudos e o Exército, a obra oferece múltiplos pontos de vista, ampliando a compreensão do conflito e evidenciando a complexidade das experiências humanas narradas. Essa amplitude de perspectivas em um mesmo relato é fator essencial na formação de um leitor literário decolonial, pois

[...] oportunizar aos leitores em formação essa experiência de ampliação de perspectivas outras, em confronto ou em complementação com aquelas apresentadas nos materiais didáticos de ensino de História nas escolas públicas brasileiras, pode atuar como via de descolonização das mentes, das identidades e do imaginário desses estudantes (Fleck, 2025, p. 243).

Outra primazia que o texto literário oferece em relação ao discurso didático é a possibilidade em ressignificar o passado a partir de reflexões que advêm de personagens não ouvidas pela História Tradicional quanto às suas subjetividades, facilmente notada no relato híbrido de Martins (2003) no trecho que traduz o sentimento de um dos soldados diante da morte:

A morte caminhava a passos largos, avizinhava-se impiedosa, imperiosa. Voltou-se para o rapaz ao seu lado. Um jovem de pouco mais de dezoito anos. Pensou, que se pudesse, daria a própria vida para salvar a daquele recruta. Qual era o sentido real das guerras? Matar bestialmente? E quantas pessoas, provavelmente, não haviam morrido em consequência dos tiros disparados por ele mesmo [...]? Qual era o objetivo daquela guerra, em especial? [...] Arrancar de suas terras aquele bando de depauperados? Viver ali, naquele mundo de ausências, já não era por demais penoso? (Martins, 2003, p. 131).

Após a debandada do exército, a personagem Dantas voltou às suas terras, no entanto, não esqueceu Tereza, que ficara em Canudos. No arraial, a notícia de que havia um informante infiltrado no exército e que se tratava de Antônio Dantas se espalhou. Assim, foram enviados dois dos homens de Canudos à procura de Antônio, mas não eram só os sertanejos que estavam à caça do jovem Dantas, o exército também o procurava para que prestasse seus préstimos como soldado.

Em *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), Martins problematiza as consequências do pós-1889 ao retratar o abandono do sertão nordestino, onde a modernização republicana não chegou. Marcada pela seca, pela concentração fundiária, pelo coronelismo e pela exploração da mão de obra camponesa, a população sertaneja permaneceu submetida à pobreza e à exclusão, enquanto o Brasil urbano ensaiava avanços rumo à modernidade, sempre exaltada pela retórica colonialista.

Em consonância com a historiografia, a diegese situa o leitor com precisão temporal ao narrar a quarta investida do Exército contra Canudos, marcada em abril de 1897. Ao adotar a linearidade dos acontecimentos, a narrativa híbrida de Gilberto Martins (2003) aproxima-se do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017), reforçando a verossimilhança e auxiliando o leitor na organização cronológica do relato.

Entre abril e outubro, apesar da resistência sertaneja e das perdas sofridas pelas tropas, o exército avançou com o apoio de armamentos pesados, conquistando gradualmente o território. Nesse contexto, a obra insere Antônio Dantas em ações de cooperação forçada com os militares, alinhando sua trajetória ficcional aos registros históricos do cerco e da ofensiva final contra Canudos.

O relato híbrido evidencia que a quarta expedição enfrentou dificuldades semelhantes às anteriores, como a falta de água, alimentos e o desconhecimento do sertão, além das emboscadas dos sertanejos, que se beneficiavam do domínio do território, enquanto o exército dispunha de amplo aparato bélico. Segundo o narrador, a fome constituiu-se no maior inimigo da tropa, superada apenas com a chegada de reforços e suprimentos vindos de Salvador. Mesmo assim, os canudenses resistiram até a destruição da igreja, principal refúgio do arraial, marco decisivo que sinalizou o início da fase final do conflito. A narrativa híbrida juvenil de Martins (2003) destaca ainda o papel central da fé em Canudos, elemento de coesão e resistência coletiva, simbolizado pela igreja, que funcionava simultaneamente como espaço sagrado e fortaleza, expressando a indissociável relação entre espiritualidade e luta na experiência sertaneja.

Na progressão da diegese, são rememoradas as mortes de importantes líderes conselheiristas – Pajeú, João Abade, Macambira e, posteriormente, Antônio Conselheiro – fatos relatados em consonância com a informatividade da historiografia. O desfecho do conflito apresenta Antônio Beatinho como mediador da rendição, quando os sertanejos entregam ao exército apenas mulheres, idosos e crianças, revelando uma rendição

estratégica que expõe a vulnerabilidade dos sobreviventes e a dimensão trágica do aniquilamento de Canudos.

A recusa dos sertanejos em se render na Guerra de Canudos (1896-1897) ultrapassa a noção de fanatismo, configurando-se como resistência a um Estado que nunca os reconheceu como parte da nação. Sustentados pela fé em Antônio Conselheiro, encontraram em Canudos um projeto coletivo de dignidade diante do abandono social. Lutar até a morte constituiu, assim, um gesto político e existencial de afirmação da própria humanidade frente à exclusão republicana.

Tais dimensões do conflito, contudo, são frequentemente silenciadas ou simplificadas nos livros didáticos de ensino de História, o que contribui para o apagamento de vozes diretamente afetadas pela violência da Guerra de Canudos (1896–1897). Encerrado em outubro de 1897, após o cerco imposto pela quarta expedição militar, o conflito é revisitado pela Literatura, que reinscreve, na diegese, a brutalidade e o esgotamento que marcaram o aniquilamento final do arraial, como é perceptível no extrato abaixo exposto:

A seis de outubro a trincheira que guardava os últimos combatentes serviu-lhes de cova. Lá ficaram para a eternidade. Nesse dia, a tarefa dos mais de quatro mil homens ainda na ativa foi incendiar as cinco mil e duzentas casas que se mantinham de pé até aquela data. [...] ocuparam-se em encontrar o cadáver de Antônio Conselheiro. Encontrado, foi decapitado [...]. Levaram dali [...] a cabeça do mentor de toda aquela desgraça, na opinião de todos os militares que ali estiveram (Martins, 2003, p. 204).

A tessitura narrativa juvenil de Martins (2003) volta a expor a barbárie e o aniquilamento no sertão baiano por meio de escolhas lexicais e sintáticas carregadas de intencionalidade, que induzem o leitor a uma leitura crítica e indireta sobre as responsabilidades pelo conflito. Essa estratégia discursiva, marcada pela sutileza, provoca reflexões sobre a violência que atravessou a Guerra de Canudos. No desfecho do romance, o protagonista Antônio Dantas percorre o conjunto de prisioneiros submetidos ao destino imposto pelo exército e reencontra Maria Tereza entre os sobreviventes, seguindo com ela para a cidade de Cumbe.

Dessa forma, a narrativa híbrida juvenil de Martins (2003), ao articular História e ficção e aproximar-se do romance histórico contemporâneo de mediação (Fleck, 2017), oferece perspectivas outras sobre Canudos, permitindo a emergência de vozes e

identidades silenciadas pela historiografia oficializada, sendo material potencial à formação de um leitor literário decolonial.

No contexto da Educação Básica, o ensino de História e de Literatura fundamenta-se na compreensão de que essas áreas do conhecimento exercem papel decisivo na formação crítica dos estudantes, ao promoverem a interpretação da realidade, a construção da consciência histórica, a ampliação da sensibilidade estética e a problematização das diferentes formas de representação do passado.

Em consonância com essa perspectiva, Regina Zilberman (2008) destaca que a Literatura ocupa um lugar singular na escola por constituir uma prática de leitura capaz de promover a formação do leitor, desde que seu ensino ultrapasse abordagens meramente historicistas ou conteudistas e privilegie a experiência estética, a interpretação e o diálogo entre texto, leitor e contexto histórico. Nesse horizonte, as orientações da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) reafirmam a necessidade de um ensino que valorize a leitura crítica de diferentes linguagens, a problematização das narrativas históricas e literárias e a pluralidade de perspectivas presentes na sociedade.

Assim, o trabalho pedagógico com obras literárias que dialogam com acontecimentos históricos favorece a compreensão da historicidade das representações, o questionamento de discursos hegemônicos e a formação de leitores capazes de interpretar criticamente os processos históricos e culturais, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a cidadania e com a valorização da diversidade.

Considerações Finais

Uma leitura e análise mais cuidadosa e interessada da obra *Cidadela de Deus – a saga de Canudos* (2003), de Gilberto Martins, evidencia como as narrativas híbridas juvenis muito próximas do romance histórico contemporâneo de mediação se constituem em um espaço privilegiado de reinterpretação crítica do passado. Trata-se de uma engenhosa articulação entre dados historiográficos e ficção, na qual a narrativa ficcional, imaginativa e criativa, desloca o eixo das versões oficializadas da Guerra de Canudos (1896-1897), tradicionalmente marcadas por leituras simplificadoras, estigmatizantes e, muitas vezes, distorcidas, ou seja, aquela versão da História contada pelos vencidos, sempre vilipendiada e apagada, para recontar o acontecimento a partir da voz e da experiência dos sujeitos sertanejos.

Na escrita dessa obra, ao contar essa História dos vencidos, pela ótica “vista de baixo” (Sharpe, 1992), o autor estrategicamente rompe com a centralidade do discurso estatal e militar, e abre espaço para discutir a complexidade humana, social, cultural e histórica que compunha o arraial de Belo Monte.

Essa estratégia narrativa, sustentada pela polifonia, pela alternância de perspectivas e pela construção metonímica do protagonista, desestabiliza leituras unilaterais e ao mesmo tempo convida o leitor a reconhecer a historicidade como campo de disputas de natureza política, ética, existencial. A convivência entre personagens históricas e ficcionais, bem como o trânsito do protagonista Antônio Dantas entre universos conflituosos e até mesmo antagônicos, evidencia e tenciona fronteiras rígidas entre vencedores e vencidos, civilização e barbárie, ordem e fanatismo, categorias que, por muito tempo, orientaram a compreensão sobre o maior conflito civil na implementação das Repúblicas latino-americanas. Desse modo, a obra híbrida juvenil crítica mediadora amplia o horizonte de percepção histórica, inferindo que o passado não é um bloco homogêneo e imutável, mas uma construção discursiva sujeita a revisões, questionamentos e novas interpretações.

Sob uma perspectiva decolonial, essa releitura do passado, que ressignifica fatos, personagens e atos, assume especial relevância, pois confronta as bases epistemológicas que sustentaram a marginalização de populações consideradas periféricas no projeto republicano brasileiro. Quando problematiza a violência estatal e as hierarquias simbólicas herdadas da colonialidade, que legitimaram a investida oficial contra uma organização comunitária não convencional, rotulada como subversiva, o relato híbrido crítico mediador da Literatura juvenil brasileira evidencia uma necessária crítica que precisa ser feita.

A obra revela-se potente pelas estratégias narrativas empregadas na tessitura da diegese, apontando que a História foi construída a partir de critérios que privilegiam o ponto de vista do poder. Esses critérios silenciaram experiências dissidentes. Nesse movimento, a obra vai ao passado e o resgata, desnaturalizando as categorias que o organizaram, revelando que conceitos como ordem, progresso, hierarquias de poder, pavimentaram processos de exclusão, deslegitimação e morte. Esse procedimento ideológico, discursivo escritural da ficção ressignifica o passado, trazendo à tona vozes, vivências e sentimentos escamoteados pela escrita tradicional da História.

A narrativa ficcional híbrida reforça ainda a necessidade de formação de uma consciência histórica mais crítica, capaz de reconhecer que toda história é atravessada por escolhas, disputas e interesses. Conforme assinala Rüsen (2001), a consciência histórica constitui uma competência fundamental para a orientação temporal dos sujeitos, pois permite articular passado, presente e futuro de maneira reflexiva e ética. Desenvolver essa consciência implica ensinar o leitor a questionar fontes, identificar silenciamentos e compreender que a memória coletiva é resultado de embates simbólicos, aspectos imprescindíveis à formação de um leitor literário decolonial.

No contexto educacional, essa proposição torna-se fundamental para que estudantes aprendam a problematizar as mais diversas narrativas, valorizando vozes historicamente marginalizadas e evidenciando as fissuras do discurso oficializado. Tal processo de formação escolar crítica necessita de docentes decoloniais, capazes de articular as propostas coloniais do passado com as suas reminiscências atuais e revelar aos estudantes, pela necessária mediação leitora, como a Literatura híbrida de História e ficção lança luzes sobre esses aspectos de causas do colonialismo do passado e as consequências desses na colonialidade do presente.

Na etapa de escolarização dos Anos Finais do Ensino Fundamental, a fruição de uma Literatura que se permite ser histórica e de natureza decolonial, revela-se particularmente significativa. Ela favorece uma aproximação mais humana, reflexiva e ética com o passado; ela pode estimular, nos estudantes em formação leitora, a capacidade de questionar discursos hegemônicos e reconhecer a pluralidade de experiências que compõem a História brasileira. Desse modo, a leitura literária torna-se um instrumento formativo essencial, capaz de promover competências, de formar sujeitos críticos, conscientes das dimensões sociais, éticas, políticas e culturais que atravessam a História na formação da sociedade brasileira.

Referências

ALBUQUERQUE, A. B. de.; FLECK, G. **Canudos**: conflitos além da guerra – entre o multiperspectivismo de Vargas Llosa (1981) e a mediação de Aleiton Fonseca (2009). 1. ed. Curitiba: CRV, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CANDIDO, A. **A Literatura e a formação do homem**. São Paulo: Ciência e Cultura, 1972.

FLECK, G. F. **O romance histórico contemporâneo de mediação**: entre a tradição e o desconstrucionismo – releituras críticas da História pela ficção. Curitiba: CRV, 2017.

FLECK, G. F. Leituras de narrativas híbridas de história e ficção: A formação do leitor literário decolonial no Ensino Fundamental – vias à descolonização. In: FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (Org.). **Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras**: leituras. Vol. I. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. p. 13-61. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-brasileiras-leituras/>. Acesso em: 20 jan. 2026.

FLECK, G. F. A formação leitora na escola pública brasileira: dos desafios da Colônia aos impasses da era republicana. In: FLECK, G. F.; CORBARI, C. C. (Org.). **Narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis brasileiras**: leituras. Vol. II. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 13-51. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/narrativas-hibridas-de-historia-e-ficcao-infantis-e-juvenis-brasileiras-leituras-vol-ii/>. Acesso em: 07 jan. 2026.

FLECK, G. F. **A formação do leitor literário decolonial**: vias à descolonização das mentes, das identidades e do imaginário na América Latina. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025.

FLECK, G. F.; SANTOS, V. P. dos. **Uma trajetória das narrativas híbridas de história e ficção infantis e juvenis no Brasil**: vias à formação leitora decolonial. Vol. I. Coleção Ressignificações do passado na Literatura híbrida infantil e juvenil brasileira - Vias à formação do leitor literário decolonial. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

GENETTE, G. **Discurso da narrativa**. Tradução de Fernando Cabral Martins. Lisboa: Arcádia, 1979.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MANZO, A. J. **Manual para la preparación de monografías**: una guía para presentar informes y tesis. Buenos Aires: Humanitas, 1971. Capítulo 2.

MARTINS, G. **Cidadela de Deus** – a saga de Canudos. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história** – fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

TROUCHE, A. L. G. **América**: história e ficção. Niterói: EdUFF, 2006.

ZILBERMAN, R. **O papel da literatura na escola**. Via Atlântica, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11–22, 2008.